

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL



PRESERVAÇÃO DIGITAL DE ARQUIVOS PESSOAIS DIGITAIS: UM ESTUDO DE LITERATURA

Thiago Rafael Martins, Universidade Estadual Paulista (Unesp), <https://orcid.org/0009-0006-9476-8775>, Brasil, thiago.rafael@unesp.br

Vagner Domingues da Silva, Universidade Estadual Paulista (Unesp), <https://orcid.org/0000-0003-2571-5232>, Brasil, vagner.domingues@unesp.br

Daniela Antonio Ribeiro, Universidade Estadual Paulista (Unesp), <https://orcid.org/0009-0008-8629-3241>, da.ribeiro@unesp.br

Natália Marinho do Nascimento, Universidade Estadual Paulista (Unesp), <https://orcid.org/0000-0002-0770-2035>, Brasil, natalia.nascimento@unesp.br

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

1 Introdução

Em um cenário marcado pela crescente digitalização da vida cotidiana, a preservação de arquivos pessoais digitais assume contornos críticos e complexos. Fotografias, documentos nato-digitais, correspondências eletrônicas, registros em redes sociais e outros artefatos digitais se constituem não apenas vestígios da memória individual, mas também como parte integrante do patrimônio cultural e histórico contemporâneo. Contudo, a efemeridade dos suportes digitais, a obsolescência tecnológica acelerada e a falta de conscientização sobre práticas de preservação colocam em risco a perenidade desses acervos (Hawking, 2013, pp.13). Nesse contexto, a preservação digital emerge como um campo de estudo urgente e interdisciplinar, situado na intersecção entre Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia, tecnologia da informação e dados.

Para Antunes e Lehmkhul (2024), os aspectos inerentes à preservação digital destacam a disparidade de infraestrutura e conhecimento técnico exigido ao tratar-se dos arquivos pessoais digitais. Ao contrário das instituições, os indivíduos enfrentam desafios relacionados às questões como, escolha de formatos mais estáveis, migração de dados e privacidade. As

escolhas impactam a integridade e acessibilidade dos acervos.

Dessa forma, esta pesquisa busca responder: Como a literatura da Ciência da Informação e Arquivologia tem abordado, em termos teóricos e práticos, a preservação digital de arquivos pessoais digitais?

Como objetivo geral, pretendeu-se analisar as principais discussões e abordagens presentes na literatura da Ciência da Informação e da Arquivologia, acerca da preservação digital de arquivos pessoais.

Quanto aos objetivos específicos: a) Discutir como a literatura da Arquivologia e da Ciência da Informação tem conceituado a preservação digital no contexto dos arquivos pessoais; b) Analisar os marcos teóricos e autores que tratam da preservação digital de arquivos pessoais; c) Examinar os principais desafios e perspectivas apontados na literatura sobre o tema.

A relevância desta pesquisa sustenta-se na emergência de discutir a preservação de acervos pessoais digitais como um desafio contemporâneo que ultrapassa a esfera individual, atingindo dimensões sociais, culturais e históricas. Em um mundo cada vez mais digital, acervos pessoais têm o papel da representação da memória, bem como fontes primárias para a compreensão de práticas

sociais, identidades e transformações tecnológicas (Hawking, 2013). Desse modo, a pesquisa justifica-se pela necessidade crítica de analisar o conhecimento produzido sobre preservação digital de arquivos pessoais na era das transformações digitais.

2 Preservação digital

A preservação digital está relacionada diretamente ao documento digital. No entanto, devido à frequente confusão entre os conceitos de documento digital e documento eletrônico. Desse modo, é essencial esclarecer essa diferença.

Segundo Bodê (2016), o documento eletrônico é aquele produzido ou reproduzido por meios eletrônicos, podendo incluir componentes eletrônicos em seu suporte. Já o documento digital é um subconjunto dos documentos eletrônicos, caracterizando-se pelo uso da tecnologia digital em sua criação e reprodução, o que implica a utilização de equipamentos computacionais e *softwares*. Por isso, definir o que é um documento digital é uma tarefa desafiadora, visto que envolve a análise de aspectos operacionais.

Um documento digital é o equivalente a uma sequência de códigos binários registrados em algum tipo de tecnologia de memória, que, por sua vez, são organizados de acordo com determinado formato de arquivo computacional e mensurado através da quantidade de *bytes* total desse arquivo. Dependendo do tipo de conteúdo, haverá outras características específicas como a representação de cores, som ou texto. A interpretação desses códigos para humanos ocorrerá através de sistemas computacionais de software e hardware (Bodê, 2016, pp. 13).

A preservação do documento digital, em comparação com a do tradicional, demandará abordagens diferenciadas. No caso do documento convencional ou tradicional, é essencial considerar os agentes de degradação do papel, como fatores químicos, físicos e biológicos, entre outros. Já para o documento digital, outros aspectos devem ser analisados. Considerando o processo e o contexto histórico das fases documentais, percebe-se que o documento digital apresenta complexidades

que continuam a representar um desafio para os profissionais. Algumas instituições já produzem parte de seus documentos em ambientes digitais e mantêm acervos híbridos. Dessa maneira, no caso dos documentos digitais, eles precisam ser armazenados em sistemas que garantam a sua autenticidade, visto que metadados específicos de preservação são adicionados, garantindo uma rastreabilidade de tudo que aconteceu com o documento desde a sua produção (Macie *et al.*, 2024). Para Santos *et al.* (2015, pp.243) “a preservação digital configura uma série de procedimentos sistematizados, sincronizados a fim de garantir o acesso contínuo em longo prazo aos documentos. Para isso, procede-se à implementação das estratégias de preservação digital”.

Grácio (2012) menciona que não só a obsolescência tecnológica se constitui em um desafio para a preservação digital, mas também a cultura de preservação digital que deve ser uma realidade nas instituições, o elevado custo das ações de preservação, que exigem recursos financeiros permanentes nos orçamentos, a implantação de modelo de gestão, que atenda às características da preservação digital. Portanto, uma política de preservação digital deve ser criada com o auxílio de uma equipe interdisciplinar que discuta o caminho e as bases que a instituição deverá seguir para alcançar os resultados esperados.

No caso dos documentos pessoais, a compreensão das estratégias e a criação de uma política de preservação digital também é imprescindível, afinal, nesta política serão definidos os metadados ideais para a preservação digital, os prazos de *backup* e revisão de formatos etc. Para Romão *et al.* (2024), a classificação e a nomeação de documentos, de maneira consciente, ajudam na localização rápida e efetiva das informações necessárias para os indivíduos.

Uma prática que tem sido muito utilizada por indivíduos, e que se constitui em solução eficaz para a preservação a longo prazo, é o armazenamento em nuvem, mas, até mesmo no armazenamento em nuvem, os documentos

precisam ser gerenciados a fim de garantir a sua preservação (Romão *et al.*, 2024).

Segundo Bodê (2016, pp.1), os documentos digitais são artefatos relativamente recentes, cuja presença se tornou significativa apenas nas últimas décadas. Esses documentos podem ser nativos digitais ou resultados da digitalização de suportes tradicionais, como papel ou fotografias.

Assim, Arellano (2004, pp.15) destaca que a preservação de documentos digitais depende tanto do contexto tecnológico, em que foram criados, quanto da solução adotada para sua manutenção, considerando os custos envolvidos. Além disso, a perenidade desses documentos está atrelada à sua capacidade de continuar atendendo às funções e usos atribuídos ao longo do tempo.

Nesse sentido, Antunes e Lehmkhul (2024) compreende a preservação digital de arquivos pessoais como um processo que vai além do aspecto técnico, envolvendo a manutenção do acesso contínuo aos registros familiares, culturais e individuais, com implicações na transmissão de conhecimento e na formação de identidades. A autora ainda destaca a importância de considerar o usuário futuro e a necessidade de garantir a autenticidade e fidedignidade dos documentos preservados, entendendo a preservação como um instrumento de continuidade informacional entre gerações.

2.1 Arquivos Pessoais

Os arquivos pessoais, no âmbito da Arquivologia, historicamente têm representado um desafio significativo em seu tratamento técnico e teórico. Essa complexidade decorre, sobretudo, da predominância de características informais em sua constituição, tanto no que se refere aos processos de acumulação documental quanto à diversidade de tipologias, em contraste com os arquivos institucionais normatizados que seguem lógicas burocráticas (Barros, 2011). Em definições clássicas, Macêdo e Oliveira (2016) afirmam que os arquivos pessoais refletem convenções sociais e contextos históricos particulares de cada produtor. Silva

(2022) complementa essa visão ao definir os arquivos pessoais como conjuntos documentais polissêmicos, originados de múltiplas relações sociais e atividades individuais, com valor informativo permanente.

Nesse sentido, Bellotto (2004) aponta a diversidade de gêneros e suportes documentais, como textuais, audiovisuais, iconográficos, produzidos por indivíduos, cujos acervos contêm informações capazes de contribuir para o avanço científico, artístico e social. Ademais, ao observar o contexto digital, torna-se possível compreender os arquivos pessoais digitais

No contexto contemporâneo, de acordo com Hawkins (2013, pp.23), os arquivos pessoais digitais ampliam a percepção social e coletiva sobre o que deve ser preservado. Assim, democratizam a forma de pensar a documentação pessoal, desde sua gestão até sua preservação a longo prazo. O autor destaca que "a capacidade de criar, coletar e preservar arquivos pessoais agora foi estendida a bilhões de pessoas em todo o mundo, e um número crescente delas está preocupado com o destino de seus dados a longo prazo", enfatizando ainda que "os arquivos digitais pessoais democratizam o acesso ao futuro e, para alguns, atendem ao profundo desejo humano de deixar um legado" (Hawkins, 2013, pp.23).

Os arquivos pessoais digitais podem ser entendido, segundo Redwine (2015, pp.7), como conjunto formal de registros digitais produzidos e acumulados cotidianamente, abrangendo desde conteúdos aparentemente triviais, como mensagens de texto ou *e-mails*, até documentos de alto valor afetivo, que cumprem uma atividade ou histórico, como vídeos familiares, fotografias ou documentos oficiais (civil) nato-digitais. Redwine (2015, pp.7) ainda destaca a natureza dinâmica do valor atribuído aos arquivos pessoais digitais, afirmando que os documentos inicialmente considerados triviais podem adquirir relevância histórica, emocional ou probatória com o tempo. Desse modo, a mutabilidade impõe desafios significativos à preservação, especialmente diante do volume crescente de

dados. A imprevisibilidade quanto ao valor futuro dos registros torna o processo de seleção, especialmente, complexo.

Nessa perspectiva, ao pensar nos arquivos pessoais digitais, é necessário relacionar com a preservação digital, no qual assumirá o papel basilar no arquivamento de documentos digitais. Lynch (2013, pp.2) destaca que, embora os avanços na preservação digital sejam fundamentais para o arquivamento digital pessoal e possam influenciar seu desenvolvimento, essa área traz consigo novas questões que vão além do aspecto técnico. O autor ressalta que muitos desses desafios não são predominantemente tecnológicos, indicando que o arquivamento digital pessoal envolve dimensões mais amplas e complexas que ultrapassam os limites da preservação digital tradicional.

Segundo Antunes e Lehmkhul (2024), a preservação de arquivos pessoais digitais apresenta desafios específicos, uma vez que indivíduos, ao contrário das instituições, geralmente, não dispõem de infraestrutura adequada ou conhecimento técnico para garantir a integridade e acessibilidade de seus acervos. Assim, aspectos como a escolha de formatos estáveis, migração de dados e privacidade tornam-se importante para a perenidade desses documentos.

No cenário brasileiro, os debates ainda são recentes. No contexto dos arquivos pessoais, em 2022, a Fundação Getúlio Vargas promoveu o “Seminário Internacional de Arquivos Pessoais: debates contemporâneos”. Um dos focos foi as transformações digitais e seus impactos, no qual um dos Grupos de trabalhos abordou os desafios e estratégias frente à era digital (FGV, 2022).

Na perspectiva da preservação digital, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em sua obra “Temas de Pesquisa em Preservação Digital” (2024), destaca como um dos temas relevantes à “Preservação Digital no âmbito dos dados pessoais”. Segundo o instituto, a rápida evolução tecnológica gerou um aumento significativo de dados pessoais, como fotos, vídeos, documentos e correspondências eletrônicas, exigindo reflexões sobre como

assegurar sua segurança, acessibilidade e preservação a longo prazo, tanto para a memória coletiva quanto para a identidade individual (IBICT, 2024, pp.221).

2.2 Marcos teóricos e abordagens da preservação digital: a democratização do legado digital

A era digital transformou fundamentalmente a maneira como os indivíduos criam, interagem e armazenam informações, levando às novas concepções sobre legado e memória. A discussão acadêmica sobre o tema reflete essa mudança, com uma diversidade de conceitos sendo propostos para entender e enfrentar os desafios da preservação de acervos pessoais digitais.

A proliferação de dispositivos e serviços digitais resultou em uma acumulação sem precedentes de “pertences digitais” pessoais, que se tornam parte integrante da vida de um indivíduo e, em muitos casos, transcendem sua existência. Este fenômeno é explorado a partir da noção de que a crescente capacidade de criação e compartilhamento de mídias digitais transformou o conceito de legado e a necessidade de sua preservação.

O estudo de Marshall *et al.* (2006) abordou o conceito de “pertences digitais” (*digital belongings*) para descrever o conjunto de artefatos digitais, registros institucionais e mídias que compõem o contexto da vida de uma pessoa. Os autores destacam um paradoxo: enquanto a capacidade de preservar o patrimônio cultural e os registros institucionais avançou, os pertences digitais pessoais permanecem em risco. Nesse sentido, o legado digital refere-se à capacidade de cada indivíduo gerar um vasto corpo de material digital significativo ao longo de sua vida e para além dela (Marshall *et al.*, 2006). A pesquisa identificou dois fatores de risco para o legado digital (Arquivos pessoais digitais):

- **Negligência Benigna (*Benign Neglect*):** Refere-se à tendência dos usuários de confiar em táticas de replicação diárias para manter seus pertences digitais seguros, sem implementar consistentemente estratégias de

preservação de longo prazo, muitas vezes levando à perda (Marshall *et al.*, 2006).

- **Princípios Populares (*Folk Principles*):** Crenças comuns de que as pessoas têm sobre a replicação, seleção, manutenção, perda e substituição de pertences (objetos) digitais, muitas vezes, em contradição com suas práticas diárias (Marshall *et al.*, 2006).

Nesta perspectiva, o estudo de Minarso *et al.* (2023) define o conceito de Arquivamento Digital Pessoal (ADP), como acervos ou documentos de material digital criadas, coletadas e curadas por indivíduos, e não por instituições. A ADP consiste em "nada mais do que determinar o que devemos salvar, como e onde devemos armazená-lo, e que tipo de trabalho as pessoas devem fazer para manter suas coleções digitais vivas" (Minarso *et al.*, 2023, pp.457).

A democratização, sob essa ótica, implica a necessidade de conscientização sobre a preservação de arquivos pessoais, para evitar a perda de informações com valor histórico e cultural (Minarso *et al.*, 2023). Os autores conduziram uma revisão sistemática da literatura, analisando oito trabalhos relevantes sobre o tema. Os resultados revelaram que as estratégias de ADP variam entre os estudos, mas se concentram, principalmente, na replicação e na criação de cópias físicas (Minarso *et al.*, 2023).

A replicação inclui duplicar arquivos em mídias removíveis (USB, DVD, Nuvem), armazenar em diferentes locais ou versões, copiar conteúdo para outro computador ou fazer *backup* de todo o sistema (Minarso *et al.*, 2023). Os dispositivos de armazenamento digital mais utilizados pelos respondentes são os *offline*, como computadores pessoais, discos rígidos móveis ou *pen drives* USB, enquanto os produtos de armazenamento em nuvem são os principais dispositivos *online*. E-mails, websites pessoais e plataformas sociais também são usados para armazenar arquivos pessoais digitais (Minarso *et al.*, 2023).

A conscientização sobre a importância do ADP existe, embora a gestão nem sempre esteja totalmente alinhada com as práticas ideais, e o

foco está em dados considerados importantes. Nesta problemática, a conscientização influencia a prática e o comportamento de ADP (Minarso *et al.*, 2023).

Yan *et al.* (2018) realizaram uma revisão de literatura a fim de discutir a relação entre a Gestão de Informação Pessoal (PIM) e o Arquivamento Digital Pessoal (ADP). A Gestão de Informação Pessoal (*Personal Information Management* - PIM) é entendida como um processo para capturar, armazenar, organizar e recuperar informações individuais para auxiliar nas tarefas cotidianas (Jones, 2008 citado em Yan *et al.*, 2018).

A organização e manutenção de coleções de informações pessoais (PICs) é uma parte da PIM, incluindo documentos em papel, eletrônicos e notas manuscritas (Yan *et al.*, 2018). O Arquivamento Digital Pessoal (*Personal Digital Archiving* - PDA) é uma parte dos arquivos digitais, criada por qualquer pessoa, que inclui todas as posses do indivíduo, como fotografias digitais, textos e e-mails (Redwine, 2015 citado por Yan *et al.*, 2018). O ADP é um subconjunto do PIM, ambos precisam considerar o comportamento informacional do indivíduo, com a recuperação sendo influenciada pela memória. As coleções de PDA devem estar ligadas aos hábitos de PIM dos indivíduos. Enquanto o PIM trata de uma gama maior de conteúdos, o ADP refere-se apenas aos dados digitais (YAN; SUN; ZHAO, 2018).

Mičunović *et al.* (2016) buscou explorar as atitudes, hábitos e práticas da população trabalhadora croata em relação à curadoria digital de dados pessoais, focando em sua conscientização sobre a organização e preservação de dados digitais. Uma pesquisa de pequena escala foi realizada entre novembro de 2015 e janeiro de 2016, utilizando um questionário *online* distribuído por redes sociais e e-mails para a população empregada na Croácia, com idade entre 18 e 65 anos. Os autores apresentam a curadoria digital como uma estratégia contínua de manutenção e preservação de dados, que agrega valor a longo prazo e visa garantir acesso sustentável às informações. Enfatizando a importância de cada indivíduo

assumir a responsabilidade pela organização e salvaguarda de seus próprios documentos digitais (Mičunović *et al.*, 2016). Embora haja consciência da importância da preservação digital pessoal, a aplicação prática é inconsistente. A evolução da tecnologia, facilita, mas também cria confusão na escolha de ferramentas e estratégias (Mičunović *et al.*, 2016).

As práticas de organização mais comuns incluem atribuição de metadados (53,3%) e organização em pastas (17,2%). A maioria (87,7%) faz *backup*, principalmente de documentos textuais e multimídia pessoal. Uma porcentagem menor de entrevistados usa serviços de nuvem (37,4%), e mais de 40% consideram-nos não confiáveis, apontando preocupações com a privacidade e a acessibilidade. A maior parte dos entrevistados (75,4%) nunca pensou no que acontecerá com seus pertences digitais após a morte, e 57% não têm certeza se gostariam que fossem acessíveis.

Schoenebeck e Conway (2020, pp.168) utilizaram a teoria de avaliação arquivística como “uma estrutura para a preservação de dados, com o objetivo de destacar o controle, poder, subjetividade e emoção nas práticas de computação que tratam o armazenamento de dados como um centro de custo neutro ou objetivo”. O estudo realizou entrevistas com 17 adultos (idades entre 51 e 72 anos), que estão em uma fase de transição da vida, focando em suas experiências e memórias que valem a pena de serem mantidas ou descartadas. A decisão sobre o que armazenar e o que descartar não é neutra, mas sim um ato que molda a identidade individual e social (Schoenebeck & Conway, 2020).

Existe uma desconexão entre o que as pessoas pensam ser um arquivo pessoal e o que realmente acontece quando a agência e o controle são dispersos e distribuídos em plataformas tecnológicas (Schoenebeck & Conway, 2020). A duração é um critério importante para o arquivamento: nem todos os dados devem ser salvos, nem devem ser salvos para sempre (Schoenebeck & Conway, 2020). Empresas de tecnologia, ao assumir (propositadamente ou não) o papel de arquivo,

exercem poder imenso sobre o legado pessoal e cultural, sem aceitar a responsabilidade de proteger memórias e valores individuais (Schoenebeck & Conway, 2020).

Os dados digitais são uma forma de legado, especialmente quando carregados de valores individuais, como emoções e relações. A democratização, portanto, está na possibilidade de cada pessoa construir seu próprio legado (acervo) ao documentar sua vida com dados digitais (Schoenebeck & Conway, 2020).

Thomas e Martin (2006) atuaram no projeto *PARADIGM*. O projeto de dois anos foi uma colaboração entre a *Bodleian Library* e a *John Rylands University Library*, processando materiais híbridos (papel e digital) e usando fluxos de trabalho sugeridos pelo modelo OAIS. Como objetivo, buscou-se explorar como os arquivistas poderiam selecionar, adquirir, processar, armazenar, preservar e fornecer acesso aos arquivos digitais de indivíduos para uso de futuros pesquisadores, utilizando os papéis de políticos britânicos contemporâneos como laboratório (Thomas & Martin, 2006). Este cenário é impulsionado pelo crescimento exponencial na criação de coleções digitais pessoais, como imagens, arquivos de música, *sites* e *blogs* (Thomas & Martin, 2006).

Ao contrário dos registros organizacionais, o gerenciamento de registros pessoais não pode ser imposto por legislação ou política de empresa, tornando o trabalho com criadores de arquivos pessoais um desafio único (Thomas & Martin, 2006). O envolvimento precoce dos arquivistas no ciclo de vida dos registros é um princípio importante para os arquivos digitais, embora isso desafie a postura tradicionalmente passiva dos arquivistas (Thomas & Martin, 2006). A natureza “pessoal” dos arquivos de políticos é um “empreendimento conjunto” com assistentes e *speechwriters*, distanciando o registro da “voz autêntica” do político principal e levantando questões de direitos autorais e privacidade (Thomas & Martin, 2006, pp.40, 293, 295).

Enquanto Japzon (2008), por sua vez, investigou a infraestrutura em evolução do armazenamento de informações digitais pessoais e suas implicações para a preservação

de longo prazo. A pesquisa envolveu participantes que preencheram duas matrizes de informação pessoal para coletar dados sobre tipos de conteúdo digital e locais de armazenamento (dispositivos e serviços *web*). Em seguida, foram feitas perguntas sobre valor e estratégias de preservação digital, utilizando a técnica de "horizontes de fontes de informação". Um conceito que se concentra em "como as pessoas avaliam objetivamente o valor de diferentes fontes por meio de construções espaciais, adaptado para entender a subjetividade e a interpretação situacional dos fatores espaciais no comportamento de busca de informações" (Japzon, 2008, pp.1, 363).

A análise inicial demonstrou que, indivíduos estão coletando uma grande diversidade de tipos de conteúdo digital e os armazenando de forma distribuída em múltiplos dispositivos digitais e serviços *web* (Japzon, 2008). O uso de serviços *web* é motivado pelo desejo de compartilhar informações pessoais e de transferir o ônus do armazenamento de dispositivos pessoais para serviços *web* corporativos (Japzon, 2009). A maioria dos participantes demonstra ambivalência em relação à preservação digital e à necessidade de abordar questões de acesso a longo prazo de suas informações pessoais (Japzon, 2008). Os participantes não selecionam ativamente formatos de arquivo; eles usam os formatos padrão criados pelos dispositivos digitais ou aplicativos de *software*, que estão utilizando (Japzon, 2008).

A Gestão de Informação Pessoal surge como um termo genérico, em que abrange os processos diários de coleta, armazenamento, organização e acesso a objetos digitais por indivíduos (Tramullas *et al.*, 2009).

A PIM é vista como uma atividade individual, operacional e mediada pela tecnologia, que lida com qualquer tipo de informação digital (Tramullas *et al.*, 2009). O estudo avalia a adequação de ferramentas de *software* para mapas conceituais, como uma resposta aos problemas da Gestão de Informação Pessoal (PIM) (Tramullas *et al.*, 2009).

Para isso, foi realizada uma avaliação qualitativa de ferramentas de *software* de

mapas conceituais (como IHMC *Cmap Tools*, VUE, *FreeMind* e *Xmind*) em relação à sua capacidade de gerenciar uma coleção genérica de informação pessoal, incluindo documentos, e-mails, arquivos gráficos e marcadores (Tramullas *et al.*, 2009). A pesquisa identificou os seguintes pontos, as ferramentas de *software* para PIM carecem de definição precisa, integração pautada e padronização de protocolos de intercâmbio, forçando os usuários a utilizarem diversas ferramentas (Tramullas *et al.*, 2009).

Falhas de memória (retrospectiva e prospectiva) são problemas enfrentados pelos usuários ao tentar lembrar onde e como armazenaram informações (Tramullas *et al.*, 2009). As ferramentas de *software* para mapas conceituais, em suas versões atuais, não estão preparadas para gerenciar informações pessoais de forma eficiente, apresentando carências em mecanismos de visualização, etiquetagem semântica e integração com outras ferramentas de *desktop* (Tramullas *et al.*, 2009).

No estudo de Yoon (2013), foi investigada a percepção de blogueiros de viagem sobre o valor de seus *blogs* e os elementos considerados importantes para a preservação. Utilizou-se, desse modo, uma pesquisa *online* e entrevistas semiestruturadas de acompanhamento. As perguntas da pesquisa foram desenvolvidas com base em instrumentos de pesquisa anteriores e abordaram atividades básicas de *blog*, avaliação de valor, elementos de "propriedades significativas" e comportamentos: preservação (Yoon, 2013, pp.178, 521). O autor discutiu os conceitos de Conteúdo Gerado pelo Usuário (*User-Generated Content* - UGC): Conteúdo online produzido por criadores amadores e disponibilizado publicamente na *internet*, refletindo um "certo esforço criativo" e criado fora de rotinas profissionais (Wunsch-Vincent & Vickery, 2007 citado em Yoon, 2013).

As Propriedades Significativas (*Significant Properties*) apresentam características essenciais de um objeto digital, que devem ser preservadas ao longo do tempo para garantir sua acessibilidade, usabilidade e significado

contínuos (Wilson, 2007 citado em Yoon, 2013). Essas propriedades são categorizadas em conteúdo, contexto, aparência, estrutura e comportamento (Yoon, 2013).

Os blogueiros atribuem o maior valor aos seus *blogs* como diários pessoais, que contêm sua história e memórias (Yoon, 2013). Os subconjuntos de valores pessoais incluem autoexpressão, manutenção de memórias e pensamentos, e manutenção de registros familiares (Yoon, 2013). O compartilhamento também é um valor subjacente, com muitos blogueiros apreciando a interconexão e a capacidade de compartilhar experiências e ideias (Yoon, 2013). A maioria dos blogueiros (74,8%) expressou interesse em disponibilizar seus *posts* para uso futuro, e muitos desejam doar seus *blogs* para arquivos ou instituições (Yoon, 2013).

Os elementos mais importantes para preservação são: conteúdo autoral (texto e fotos que possuíam e postaram), seguido por vídeo e áudio autorais (Yoon, 2013). Dentre eles, o conteúdo copiado teve a menor importância (Yoon, 2013). A cronologia do *blog* é um elemento estrutural importante, pois estabelece uma continuidade entre os *posts* e os eventos externos (Yoon, 2013). A maioria dos blogueiros (86,8%) prefere preservar a versão final dos *posts* editados, com pouca preocupação com versões intermediárias (Yoon, 2013).

As estratégias de preservação incluem salvar *posts* copiados em discos rígidos pessoais ou mídias externas, imprimir *blogs* como livros ou usar serviços de arquivamento comercial (Yoon, 2013). O Conteúdo Gerado pelo Usuário (CGU), em plataformas como *blogs* e redes sociais, é reconhecido como parte das coleções digitais pessoais, refletindo memórias, atividades e pensamentos (Yoon, 2013).

Nesse sentido, há uma discrepância entre o valor percebido e a capacidade de preservar elementos valiosos. Enquanto a pesquisa indicou menor importância para elementos de *design*, alguns entrevistados expressaram desejo de preservar a "aparência e sensação" originais de seus *blogs*, apesar das dificuldades (Yoon, 2013).

A natureza pessoal do conteúdo dos *blogs* exige que as perspectivas do criador sejam incorporadas nas decisões de avaliação e preservação, o que pode não se alinhar com os valores dos arquivistas. A importância de preservar o CGU está na possibilidade de rastrear os "traços humanos" na *web* e compreender as vidas individuais para futuras pesquisas, consolidando a democratização do legado digital (Yoon, 2013).

2.3 Os Desafios para Além da Tecnologia

A preservação digital pessoal estende-se para além dos aspectos técnicos, englobando complexidades relacionadas à avaliação de valor, à distribuição de dados, às práticas humanas e às implicações sociais e culturais. Assim, os desafios transcendem a dimensão puramente tecnológica e são importantes para a compreensão do problema.

Um dos desafios centrais está na dificuldade de gestão. A acumulação de materiais digitais é mais problemática do que a de materiais físicos, e os pertences digitais são inerentemente distribuídos em diferentes mídias e locais (Marshall *et al.*, 2006). As questões curatoriais padrão, como a criação de metadados e a migração de formatos, são magnificadas no ambiente do consumidor. Além disso, fatores como a influência de *malware* e a dependência de suporte técnico informal complicam o arquivamento (Marshall *et al.*, 2006).

As dificuldades comportamentais e cognitivas também são significativas. Muitas pessoas enfrentam critérios de seleção pouco claros e inconsistências na organização (Minarso *et al.*, 2023), além da "fadiga/sobrecarga de informação", que gera relutância em investir energia na curadoria (Minarso *et al.*, 2023).

Há uma "discrepância" notável entre a concordância teórica sobre a importância da curadoria adequada e a aplicação prática de ações concretas, como a exclusão regular de documentos desnecessários (Mičunović *et al.*, 2016). A maioria dos usuários não está ciente da necessidade de gerenciar seus arquivos digitais pessoais, o que resulta em gerenciamento inadequado, arquivos

altamente distribuídos e sem rotulagem sistemática (Yan *et al.*, 2018).

Ademais, o controle sobre os dados representa outro desafio complexo. Schoenebeck e Conway (2020) revelam um "desconexo" entre a percepção das pessoas sobre um arquivo pessoal e o que realmente acontece com os dados quando o controle é disperso entre plataformas tecnológicas. As empresas de tecnologia assumem o papel de arquivistas sem um mandato de bem público, e os usuários têm pouco controle sobre os dados coletados sem seu consentimento explícito (Schoenebeck & Conway, 2020). Essa falta de controle é particularmente problemática em relação a experiências traumáticas, onde o desejo de esquecer entra em conflito com a persistência dos dados no arquivo (Schoenebeck & Conway, 2020).

Outro desafio está nas questões de custo, direitos e privacidade. O custo da preservação digital pode ser proibitivo, e a complexidade de estabelecer a infraestrutura necessária é um grande obstáculo (Thomas & Martin, 2006). As questões de direitos de propriedade intelectual (DPI) e privacidade são amplificadas pela atualidade dos registros (Thomas & Martin, 2006). Além disso, a proteção da privacidade e a falta de orientação e treinamento em ADP são preocupações significativas (Minarso *et al.*, 2023).

Finalmente, a ambivalência do próprio usuário é um fator complicador. Muitos demonstram uma notável ambivalência em relação à preservação digital e à necessidade de abordar questões que contribuam para o acesso a longo prazo de suas informações pessoais (Japzon, 2008). Essa atitude, muitas vezes, decorre da falta de compreensão sobre os aspectos práticos do armazenamento de dados (Mičunović *et al.*, 2016) e de uma "consciência fraca" e "falta de iniciativa" (Xiangjun, 2018).

A abordagem individual à preservação digital é marcada por uma complexidade de comportamentos, percepções de valor e estratégias, muitas vezes, inconsistentes, moldadas por fatores emocionais, crenças e o contexto tecnológico. Entender como os indivíduos interagem com seus pertences

digitais é fundamental para o desenvolvimento de soluções eficazes.

Os indivíduos empregam diversas estratégias para gerenciar seus acervos. A principal delas é a replicação de conteúdo em vários níveis, como mídias removíveis, diferentes pastas no mesmo computador, sites de mídia social e backups de sistema (Minarso *et al.*, 2023). A criação de cópias impressas (*hard copies*) também é uma prática comum (Minarso *et al.*, 2023). No entanto, embora relatem estratégias como *backup* e replicação, os usuários raramente as implementam de forma consistente (Marshall *et al.*, 2006).

As estratégias básicas identificadas (*backups* de sistema, movimentação de arquivos, replicação em mídias removíveis, uso de *e-mail* como armazenamento e retenção de computadores antigos) não garantem a segurança a longo prazo (Marshall *et al.*, 2006). Observa-se, nesse sentido, uma "fatalidade" e "desamparo" em relação às mudanças tecnológicas, ao lado de um "otimismo notável" sobre a incorruptibilidade do digital, mesmo diante de experiências de perda de dados (Marshall *et al.*, 2006).

Desse modo, a motivação para preservar é heterogênea. A principal razão para manter arquivos digitais é a necessidade de "reutilização" dos dados, seguida pelo "valor sentimental" (Mičunović *et al.*, 2016). O valor é um conceito nuançado, influenciado pelo esforço criativo, impacto emocional e dificuldade de substituição (Marshall *et al.*, 2006). O "impulso básico" humano de salvar e proteger artefatos como evidência de sua presença no mundo é um motor poderoso (Schoenebeck & Conway, 2020). Desejos como desenvolver o eu, preservar a memória e deixar um legado impulsionam as decisões de salvamento (Schoenebeck & Conway, 2020). O valor pessoal é frequentemente expresso através de temas como "afeto", "família" e "empreendimentos criativos" (Schoenebeck & Conway, 2020). Para os blogueiros, o maior valor atribuído aos seus *blogs* é pessoal e sentimental, seguido pelo valor informacional e cultural/histórico (Yoon, 2013).

No entanto, existe uma dualidade na consciência dos indivíduos. Por um lado, há

uma "conscientização" sobre a importância da ADP (Minarso *et al.*, 2023), e uma grande maioria (quase 88%) considera importante preservar seu conteúdo digital pessoal, acreditando que essa responsabilidade é sua (79,9%) (Mičunović *et al.*, 2016). Por outro lado, a gestão real nem sempre está alinhada com as melhores práticas (Minarso *et al.*, 2023), e muitos arquivos pessoais digitais são criados "casual ou inadvertidamente" (Yan *et al.*, 2018). A falta de conscientização sobre os riscos leva a arquivos mal gerenciados, distribuídos e sem rótulos sistemáticos (Yan *et al.*, 2018). Surpreendentemente, muitos participantes de um estudo não sentiram que seus dados digitais refletiam seu legado (atividades), vendo a mídia social mais como uma ferramenta para conectar do que para arquivar suas vidas (Schoenebeck & Conway, 2020). Universitários chineses, no entanto, demonstraram uma "atitude positiva" em relação à ADP, considerando a informação relacionada à vida pessoal como a mais digna de preservação permanente (Xiangjun, 2018). A paisagem da preservação digital pessoal é marcada por uma série de obstáculos técnicos e estruturais, que dificultam a salvaguarda eficaz do patrimônio digital. Estes desafios emergem da natureza intrínseca dos dados digitais, da evolução tecnológica e das limitações das infraestruturas existentes. Assim, a acumulação de materiais digitais ocorre de forma "precipitada e inadministrável". Os pertences digitais são fundamentalmente "distribuídos" em diferentes computadores, aplicativos e mídias de armazenamento, incluindo as desatualizadas (Marshall *et al.*, 2006). Os problemas de "curadoria" padrão, como o gerenciamento de arquivos em agregado, a criação de metadados e a migração de formatos, são "magnificados" no ambiente do consumidor (Marshall *et al.*, 2006). Da mesma maneira em que o conteúdo digital depende da tecnologia, e as rápidas mudanças tecnológicas "colocam nossos dados digitais em risco" (Mičunović *et al.*, 2016). Os desafios incluem a "obsolescência de formatos de arquivo" e software, "danos de *software* ou *hardware*", "exclusões acidentais", "arquivos de dados

danificados", "riscos de vírus" e "degradação física da mídia de armazenamento" (Minarso *et al.*, 2023). A dependência de *hardware* e *software* específicos torna a preservação digital mais difícil que a de documentos em papel (Thomas & Martin, 2006).

Outro desafio, está justamente nas escolhas de formatos e suportes. Os usuários tendem a utilizar os "formatos padrão", criados pelos dispositivos e aplicativos, em vez de fazer uma seleção ativa baseada na preservação (Japzon, 2008). Muitos formatos, especialmente de *e-mails*, são "proprietários", "incompatíveis" entre si, "obsoletos" ou "ilegíveis" para softwares modernos (Jääskeläinen *et al.*, 2017).

A "migração de formato" é "complicada demais" para o usuário médio (Jääskeläinen *et al.*, 2017). O *software* existente para a GIP "não responde adequadamente" ao comportamento do usuário, carecendo de integração e soluções globais (Tramullas *et al.*, 2009).

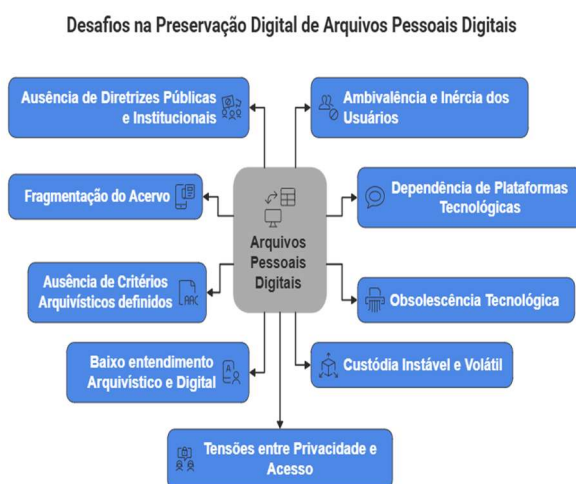
Além disso, a preservação digital é "custosa e complexa", sendo um compromisso de longo prazo (Thomas & Martin, 2006). O acesso a longo prazo não é suportado pela metáfora atual do *desktop* (Marshall *et al.*, 2006). Os sistemas de gerenciamento arquivístico carecem de "integração" com os sistemas de preservação digital (Yan *et al.*, 2018).

Além de refletir sobre a natureza e a função dos documentos pessoais, deve-se considerar os espaços de poder e as estruturas responsáveis por sua guarda. Há um "crescente desconexo" entre a percepção dos arquivos pessoais e o que acontece quando o controle é distribuído entre plataformas tecnológicas (Schoenebeck & Conway, 2020). As empresas de tecnologia estão se tornando "arquivistas de fato" sem um mandato para o bem público (Schoenebeck & Conway, 2020). Os cidadãos comuns são forçados a depender de "*drives* em nuvem com termos e condições duvidosos" ou de dispositivos portáteis não confiáveis (Jääskeläinen *et al.*, 2017).

Nesse cenário marcado pela dependência de plataformas e pela fragmentação dos arquivos pessoais digitais, emergem ainda desafios relacionados à própria compreensão e

valorização documental na sociedade contemporânea. Assim, a falta de compreensão dos aspectos práticos da preservação é um problema (Mičunović *et al.*, 2016). Muitas vezes, há uma "falta de compreensão clara" sobre o que são os arquivos pessoais na era digital e qual seu valor para a sociedade (Shulga, 2021). Isso resulta em uma ausência de "critérios de avaliação" claros e "capacidades tecnológicas" para a recepção desses documentos (Shulga, 2021). Por fim, à frente da complexidade evidenciada nos estudos sobre a preservação digital de arquivos pessoais, observa-se que os desafios enfrentados não se restringem à esfera tecnológica, mas envolvem questões cognitivas, comportamentais, institucionais e sociais. A multiplicidade de fatores discutidos ao longo deste subcapítulo revela um cenário fragmentado, no qual os indivíduos operam sem diretrizes claras, utilizando estratégias inconsistentes e dependendo de estruturas tecnológicas instáveis. Nesse contexto, torna-se pertinente sintetizar visualmente os principais entraves que afetam a gestão e a longevidade dos arquivos digitais pessoais, conforme ilustra o modelo a seguir.

Figura 1: Desafios na Preservação Digital de Arquivos Pessoais Digitais



Fonte: Elaboração própria com base em Marshall *et al.* (2006), Mičunović, Marčetić e Krtalić (2016), Schoenebeck e Conway (2020).

2.4 Perspectivas Futuras e Estratégias

Diante dos complexos desafios da preservação digital pessoal, a literatura aponta para a necessidade de abordagens descentralizadas e colaborativas. As estratégias propostas visam avançar na gestão e salvaguarda dos Arquivos pessoais digitais, combinando soluções tecnológicas, educacionais e institucionais. Dentre elas, destacam-se:

1- Desenvolvimento de Ferramentas e Serviços Centrados no Usuário:

Propõe-se um modelo de serviço de arquivamento "semi-automatizado" que utilize "noções heurísticas de valor" para interpretar a importância dos arquivos com base em fatores como esforço criativo e impacto emocional (Marshall *et al.*, 2006). O futuro está em uma "solução de arquivo digital de baixo custo e em grande escala para o cidadão comum", com "design centrado no usuário" (Jääskeläinen *et al.*, 2017). Tais sistemas devem ter "migração automática de formato" e usar padrões como o PDF/A para garantir a preservação a longo prazo (Jääskeläinen *et al.*, 2017). As "tecnologias semânticas", como o *Semantic Desktop*, são vistas como uma solução para integrar a GIP de forma consistente (Tramullas *et al.*, 2009).

2- **Colaboração e Educação:** É sugerido um "modelo de cooperação tripartite" entre "usuários da web", "profissionais da informação" e "ISPs" (Provedores de Serviços de Internet) (Yanet *et al.*, 2018; Xiangjun, 2018). Nesse modelo, os profissionais da informação atuam como uma "ponte", traduzindo as necessidades dos usuários para os desenvolvedores (Yanet *et al.*, 2018; Xiangjun, 2018). As "bibliotecas e arquivos" são vistas como instituições que podem ajudar educando e aconselhando o público (Mičunović *et al.*, 2016). A organização de "oportunidades adicionais de diálogo" com os cidadãos, como

workshops, é uma estratégia importante (Shulga, 2021).

- 3- **Novas Abordagens Arquivísticas:** É necessário "desenvolver novas abordagens arquivísticas" que enfatizem o aspecto "individual e idiossincrático" dos materiais pessoais (Yoon, 2013). Isso inclui "centrar ativamente as emoções" nas práticas arquivísticas, o que pode revelar injustiças estruturais (Mičunović *et al.*, 2016). Defende-se que as pessoas "deveriam poder ditar a duração" do salvamento dos dados sobre elas (Schoenebeck & Conway, 2020). A pesquisa futura deve unir estudiosos de arquivos e designers de tecnologia para "fundir" as construções teóricas de avaliação de valor com as demandas das plataformas digitais (Schoenebeck & Conway, 2020).
- 4- **Padrões e Melhores Práticas:** O desenvolvimento de "protocolos" que interliguem os procedimentos arquivísticos com o modelo OAIS torna-se importante (Thomas & Martin, 2006). Uma vez que um "manual de práticas recomendadas *online*" com diretrizes para indivíduos sobre *backup*, formatos de arquivo e nomenclatura é uma estratégia concreta para o futuro (Thomas & Martin, 2006). A "intervenção precoce" com os criadores de registros é um princípio norteador para garantir a sobrevivência dos arquivos digitais pessoais (Thomas & Martin, 2006).

Diante das estratégias discutidas, observa-se que o futuro da preservação digital de arquivos pessoais demanda ações integradas que articulem o avanço tecnológico com a participação ativa de profissionais da informação, desenvolvedores e usuários. As soluções apontam para a necessidade de uma adaptação e contextualização das práticas arquivísticas, que reconheça as camadas dos acervos pessoais e promova a inclusão de perspectivas multiculturais no processo de preservação digital.

3 Procedimentos Metodológicos

Este estudo configura-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico. De acordo com Gil (1991), Marconi e Lakatos (2016) e Manzo (1971), a pesquisa bibliográfica baseia-se em materiais já elaborados e publicados, como livros, artigos científicos, periódicos, teses e outros documentos, sendo essencial, tanto para a definição e resolução de problemas já conhecidos, quanto para a investigação de áreas ainda pouco exploradas. Como técnica de coleta de dados, foi realizada uma revisão narrativa da literatura, a partir de buscas em bases de dados acadêmicas como *E-prints in Library & Information Science (E-LIS)*, *OpenAlex* e a *Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI)*.

Para orientar a seleção e análise dos textos, foi elaborado um protocolo de revisão que delimitou critérios e termos de busca. As palavras-chave utilizadas foram: *Personal Digital Archiving (Archive)* com truncamento AND *Digital Preservation*, bem como *Personal Digital Information AND Digital Preservation*. As buscas foram limitadas aos idiomas inglês e português, com foco em publicações pertinentes ao tema.

A seleção dos artigos considerou os seguintes critérios de inclusão: (1) textos que abordassem a preservação digital em arquivos pessoais; (2) estudos que discutissem os principais desafios relacionados à preservação digital nesse contexto; e (3) trabalhos que apresentassem estratégias aplicáveis à preservação de acervos pessoais digitais. A partir dessa triagem, os textos selecionados foram organizados para análise e interpretação, à luz dos objetivos propostos pela pesquisa.

4 Discussões dos resultados

Análise da literatura revela, como resultado, uma clara dicotomia entre o aumento na produção de acervos digitais pessoais e a capacidade de preservá-los a longo prazo. Estudos como os de Marshall *et al.* (2006) e Minarso *et al.* (2023) demonstram que, embora os indivíduos acumulem um volume significativo de "pertences digitais", estes permanecem em risco devido à uma lacuna

entre a percepção de importância e a aplicação de estratégias eficazes de preservação. Esse fenômeno evidencia que a democratização da criação de arquivos pessoais digitais, enquanto direito social e acessível a todos não foi acompanhada por uma evolução equivalente das práticas e ferramentas para sua salvaguarda, resultando em um potencial de perda da memória individual e coletiva.

O segundo resultado aponta o comportamento humano como um fator relevante na vulnerabilidade do arquivo pessoal digital. As investigações de Mičunović *et al.* (2016) e Japzon (2008) convergem na identificação de ambivalência e inconsistência por parte dos indivíduos. Conceitos como a "negligência benigna" (Marshall *et al.*, 2006) e a "fadiga de informação" (Minarso *et al.*, 2023) impõem que, apesar de reconhecerem o valor dos seus dados, os produtores adotam táticas de preservação pontuais, como a replicação simples, sem um plano consistente. A motivação para preservar, ainda que ligada a aspectos emocionais e identitários (Schoenebeck & Conway, 2020; Yoon, 2013), é frequentemente limitada pela complexidade percebida do processo.

Emergem também, como terceiro resultado/apontamento, os desafios técnicos e estruturais do ecossistema digital enquanto obstáculos à preservação de arquivos pessoais digitais. A literatura aponta consistentemente para a obsolescência de *hardware*, *software* e formatos como uma ameaça (Minarso *et al.*, 2023; Thomas & Martin, 2006). A natureza distribuída dos acervos, espalhados por múltiplos dispositivos e serviços (Japzon, 2008), amplia os problemas de curadoria.

Um quarto resultado, de cariz social e institucional, revela uma transferência de responsabilidade para as plataformas tecnológicas. O estudo de Schoenebeck e Conway (2020) destacam o "desconexo" entre a agência do indivíduo e o controle exercido por empresas que atuam como "arquivistas de facto", sem um mandato ético correspondente. Esta dinâmica levanta questões de privacidade, direitos de propriedade intelectual e controlo sobre a

própria produção documental (Thomas & Martin, 2006).

A confiança dos utilizadores em serviços corporativos para o armazenamento (Japzon, 2008) cria uma dependência que influencia o que pode ser preservado, colocando a gestão e a posse da memória pessoal e cultural em entidades comerciais.

Por fim, a análise agregada da literatura aponta como quinto resultado a necessidade de uma abordagem multidimensional e colaborativa para o futuro da preservação digital pessoal. As soluções propostas vão além da tecnologia e sugerem uma nova abordagem. Autores como Yan *et al.* (2018) e Mičunović *et al.* (2016) propõem modelos de cooperação entre produtores, profissionais da informação e desenvolvedores. Defende-se, nesse sentido, o desenvolvimento de ferramentas centradas no produtor, com processos automatizados, e a importância de as instituições de memória assumirem um papel ativo na educação do público.

Portanto, a democratização da preservação digital consolida-se, assim, como um instrumento social que ultrapassa a esfera institucional para abranger os arquivos pessoais na era digital. A sua concretização, contudo, depende de uma articulação fundamentada entre três pilares, a inovação tecnológica, a disseminação da literacia digital e o desenvolvimento de teorias arquivísticas que coloquem a agência do indivíduo no centro do processo.

Mediante o exposto, para se pensar na preservação de arquivos pessoais, é preciso atentar-se para o arquivamento pessoal digital. Conforme os apontamentos da literatura, algumas iniciativas possibilitam que produtores comuns incorporem a preservação digital em seus documentos. Entre as estratégias de preservação, pode-se elencar o entendimento da *Digital Preservation Coalition* (DPC), que, diante dos desafios da "negligência benigna" e da rápida mudança tecnológica, propõe um ciclo de ações para uma gestão ativa dos acervos.

A abordagem da DPC materializa-se em um modelo prático. A primeira fase, "**Identificar e Centralizar**", responde ao desafio de gerenciar

e organizar conteúdos espalhados por múltiplos dispositivos. A ação consiste em localizar todos os arquivos importantes; transferir dados de mídias antigas como CDs; baixar o que for relevante de e-mails e redes sociais, e reunir todo o material em um único local, como uma pasta central no computador. A segunda fase, a curadoria, ocorre em "**Selecionar e Descartar**". Esta etapa envolve escolher os arquivos com maior valor, um critério que depende do julgamento do próprio produtor e irá refletir a intencionalidade dos arquivos pessoais. A decisão sobre o que será preservado é, portanto, uma escolha pessoal. Na prática, isso significa eliminar o que não for considerado pertinente para a guarda, como fotos repetidas ou documentos que já cumpriram seu valor primário. A eliminação de documentos duplicados, em particular, é uma recomendação explícita para prevenir confusão e otimização do espaço de armazenamento.

As etapas seguintes focam na sustentabilidade e acessibilidade do arquivo. Em "**Classificar e Descrever**", o objetivo está em criar uma arquitetura de informação pessoal que seja lógica e consistente. Isso se manifesta em dois níveis, ou seja, na estrutura de pastas e na nomeação dos arquivos. A estruturação em pastas, seja por data, por evento ou por tipo de arquivo, deve seguir uma lógica que seja intuitiva e sustentável para o próprio produtor, pois o sistema só é eficaz se for mantido.

O critério principal, portanto, deve ser sempre a facilidade de recuperação futura. No nível do documento de arquivo, recomenda-se o uso de nomes descritivos e padronizados, seguindo uma "fórmula uniforme ou similar que inclua informações descritivas" (DPC). Desse modo, a prática impõe ordem, bem como garante a preservação de funcionalidades valiosas do meio digital, como a capacidade de realizar uma busca por texto completo, algo impossível em documentos impressos.

A etapa final, referente ao salvamento de cópias e ao gerenciamento do acervo, compreende a aplicação de medidas técnicas voltadas à durabilidade e continuidade do acesso aos documentos digitais. Entre as estratégias adotadas, destaca-se a prática da

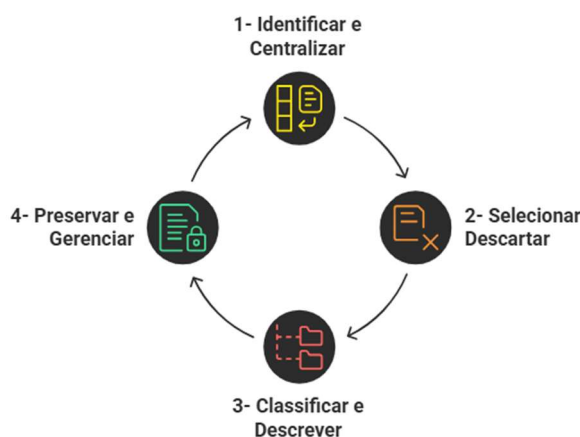
redundância, operacionalizada pelo modelo conhecido como "regra 3-2-1", segundo o qual recomenda-se manter três cópias de cada documento, armazenadas em dois tipos distintos de mídia, sendo uma dessas cópias localizada fora do ambiente principal do produtor. Esta lógica visa garantir a recuperação do acervo em situações de falha, perda ou indisponibilidade de um dos suportes. Dessa maneira, para mitigar o risco da dependência de empresas de tecnologia, recomenda-se diferenciar o papel de cada lugar de custódia digital, ou seja, pode-se pensar nos sistemas de nuvem como "*softwares de acesso*", ideais para a sincronização e o uso corrente, enquanto mídias físicas sob controle direto, como armazenamentos externos, podendo ser pensado como locais de "guarda permanente". Dentro desta estrutura, recomenda-se que uma das cópias de guarda seja designada como cópia matriz, que deve ser mantida com o mínimo de alterações para servir como a versão de guarda preventiva de preservação do acervo.

A implementação desta estratégia, no entanto, exige um planejamento prático e contextualizado à realidade de cada pessoa. Recomenda-se que o produtor crie um inventário simples dos documentos sob sua guarda e mapeie o espaço de armazenamento de que dispõe e de que precisará no futuro. Além da cópia inicial, a gestão contínua é o que garante a perenidade. Isso inclui a migração periódica de todo o acervo para novas tecnologias, ação importante para evitar a obsolescência de *hardware* e *software*, e o planejamento sucessório, que define como pessoas de confiança poderão acessar os documentos no futuro, resolvendo o desafio das senhas e do acesso.

Em consequência, para ilustrar a estratégia de preservação apresentada, a Figura 2 "*Ciclo da Preservação Digital no Arquivamento Pessoal Digital*" sistematiza as etapas contínuas envolvidas na preservação de arquivos pessoais na era digital. O modelo apresentado foi adaptado a partir das recomendações da Digital Preservation Coalition (DPC, 2021), reunindo de forma cíclica e integrada as ações

de identificar, selecionar, organizar e gerenciar arquivos, com objetivo da manutenção do acesso e da integridade dos dados ao longo do tempo.

Figura 2: Ciclo da preservação digital no arquivamento
Ciclo da Preservação Digital no Arquivamento Pessoal Digital



Fonte: adaptado a partir das recomendações da Digital Preservation Coalition (DPC, 2021).

Isto posto, conforme as discussões apresentadas, pensar em arquivos pessoais na era digital ainda é algo incipiente no contexto da Ciência da Informação e da Arquivologia. No entanto, ao entender os arquivos pessoais como Arquivo, assim portadores de concretudes informacionais para a memória, a identidade local e a representação histórica de seu tempo e contexto, torna-se evidente que as instituições de arquivo e memória devem orientar a população em geral sobre medidas e práticas conscientes de preservação de seus documentos pessoais. Compreendendo que a Arquivologia se põe como a ciência dos contextos, não se deve pensar em ações padronizadas que sirvam para todos independentemente de suas realidades, mas sim em como entender a demanda do usuário e em como ele deve se reconhecer frente à sua própria produção e acumulação documental de caráter pessoal.

Considerando que os processos tecnológicos são crescentes e mutáveis, é necessário abandonar a passividade dos lugares de memória. Como aponta Le Goff (1998), é

preciso repensar o papel da memória como algo vivo, no qual passa pela educação do usuário.

Uma vez que se compreende a importância de preservar seu legado como cidadão e sujeito informacional, o indivíduo poderá reconhecer arquivos, bibliotecas e museus não como espaços distantes ou institucionais, mas como lugares que também lhe pertencem, ou seja, espaços de memória que carregam o direito de ser lembrado.

Portanto, pensar na preservação digital de arquivo pessoal digital não deve ocorrer como algo técnico ou especializado, mas como uma prática cidadã, acessível e necessária. Cabe às instituições e aos profissionais da informação atuar na mediação desse processo, pensando em soluções técnicas, bem como no fortalecimento de uma cultura de preservação que valorize a experiência, a identidade e a memória de cada sujeito em sua singularidade.

5 Considerações Finais

Embora o tema da preservação digital de arquivos pessoais ainda esteja em ascensão no contexto acadêmico, torna-se cada vez mais necessário discutir seu papel social. Como demonstrado ao longo deste estudo, os desafios enfrentados vão além da esfera tecnológica, adentrando camadas profundas do comportamento humano, das relações sociais e da forma como a sociedade lida com a informação na era digital. Entender os arquivos pessoais digitais como manifestações da nova era da tecnologia da informação é reconhecer que a tecnologia não é neutra, mas sim reflexo direto das percepções, avanços e escolhas humanas ao longo do tempo.

Diante disso, os arquivos pessoais não devem mais ser vistos apenas aos olhos de guarda, mas como expressões legítimas da memória individual e coletiva. O campo arquivístico, por sua vez, precisa assumir um papel ativo na mediação entre sujeitos, tecnologia e memória. Isso implica pensar em estratégias que integrem tecnologia, educação e democratização arquivística, não apenas para garantir a preservação dos documentos, mas para valorizar o contexto e a intencionalidade de seus produtores.

Torna-se importante direcionar o olhar para a literacia digital da sociedade, compreendendo que os acervos produzidos hoje, muitas vezes de forma não planejada, poderão no futuro compor fontes para a pesquisa histórica, social e cultural. Assim, preservar arquivos pessoais digitais não é apenas uma ação técnica, que é apenas responsabilidade de seu produtor, mas sim um verdadeiro ato de cidadania. Trata-se de garantir que memórias, experiências e legados de pessoas não se percam diante da efemeridade tecnológica.

Por fim, reafirma-se que o desafio da preservação digital de arquivos pessoais não é exclusivo do campo técnico ou acadêmico, mas atravessa a própria maneira como a sociedade escolhe lembrar, registrar e construir sua história. Fortalecer uma cultura arquivística que inclua os sujeitos informacionais como produtores sociais é uma urgência que nos interpela no presente e nos projeta para o futuro.

6 Referências

- Antunes, N., & Lehmkuhl, C. S. (2024). Desafios e estratégias: preservação digital em arquivos pessoais. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/256377>.
- Arellano, M. (2004). Preservação de documentos digitais. *Ciência da Informação*, 33(2). <http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf/article/view/305>.
- Arellano, M., Estela, F., & Santos, A. Temas de pesquisa em preservação digital. Brasília: IBICT, 2024.
- Barros, T. H. B. (2011). As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. *Ponto de Acesso*, 5(1).
- Bellotto, H. L. (2004). Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Bodê, E. C. (2016). Documento digital e preservação digital: algumas considerações conceituais. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 9(2), 503-516. <https://doi.org/10.26512/rici.v9.n2.2016.2425>.
- Fundação Getúlio Vargas. (2022). Seminário Internacional de Arquivos Pessoais: debates contemporâneos. Recuperado em: <https://eventos.fgv.br/seminario-internacional-de-arquivos-pessoais-debates-contemporaneos>.
- Gil, A. C. (1991). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas.
- Grácio, J. C. A. (2012). A preservação digital na gestão da informação: um modelo processual para as instituições de ensino superior. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Hawkins, D. (Ed.). (2013). Personal archiving: preserving our digital heritage. Medford, NJ: Information Today Inc.
- Jääskeläinen, A., Kosonen, M., & Uosukainen, L. My precious information – how to preserve it? *IS&T Archiving 2017*, p. 1–5, 2017.
- Japzon, A. (2008). Personal Digital Information: What? Where? Why? Content types, Storage locations, and Motivations. *Proc of Assoc for Info*.
- Jones, W. (2008). Keeping found things found: the study and practice of personal information management. San Francisco, Morgan Kaufmann Publishers Inc.
- Le Goff, J. (1998). História e memória. Campinas: Editora da Unicamp.
- Lynch, C. (2013). The future of personal digital archiving: defining the research agendas. In D. T. Hawkins (Ed.), *Personal archiving: preserving our digital heritage*. Medford, NJ: Information Today Inc.
- Macêdo, P. P., & Oliveira, L. M. V. de. (2016). As práticas documentárias e inscrições sociais nos arquivos pessoais. In XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB, Bahia. Anais [...]. Bahia: ANCIB.
- Macie, G. C., Nascimento, N. M., Madio, T. C. (2024). Arquitetura e recuperação da

- informação: uma abordagem do sistema integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) da Universidade Eduardo Mondlane. Em *Questão*, 30, 1-27.
- Manzo, A. J. (1971). *Manual para la preparación de monografías: una guía para presentar informes y tesis*. Buenos Aires: Humanistas.
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2016). *Fundamentos de metodologia científica* (7ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Marshall, C. C., Bly, S., & Brun-Cottan, F. (2006). The Long-Term Fate of Our Digital Belongings: Toward a Service Model for Personal Archives. In: *Archiving 2006: Final Program and Proceedings*. Springfield, VA: Society for Imaging Science and Technology. pp. 25-30.
- Mičunović, M., Marčetić, H., & Krtalić, M. (2016). Data organization and preservation in the context of digital and networked media: public's attitudes, habits and practices in relation to digital curation of personal digital data. *Libellarium*, 9(2), 109–129.
- Minarso, C., Salim, T. A., Rahmi; Abdullah Sani, M. K. (2023). Strategies and Challenges of Personal Digital Archiving (PDA) in the Digital Era. In: TAMBUNAN, S. M. G. (Ed.). *AHS-APRISH 2019, ASSEHR 753*. pp. 457–471.
- Redwine, Gabriela. (2015). *Personal Digital Archiving*. Great Britain: Digital Preservation Coalition. (DPC Technology Watch Report, 15-01). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7207/twr15-01>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- Santos, H. M. et al. (2015). Preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos: reflexões e perspectivas. *Revista Acervo (Arquivo Nacional)*, 28(20).
- Schoenebeck, S., & Conway, P. (2020). Data and Power: Archival Appraisal Theory as a Framework for Data Preservation. *Proc. ACM-Comput. Interact.*, 4(5), n. CSCW2,.
- Silva, L. dos S. (2022). A organização do arquivo pessoal de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes: desafios e perspectivas. *OFFICINA - Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo*, 1(2).
- Shulga, T. V. (2021). From the Experience of Studying Practices of Creating and Preserving Digital Records of Personal Provenance in the Context of Archival Work on the Personal Collections. *Vestnik Arkhivista*, (2), 508–519.
- Thomas, S. & Martin, J. Using the papers of contemporary British politicians as a test bed for the preservation of digital personal archives. *Journal of the Society of Archivists*, v. 27, n. 1, p. 29–56, 2006.
- Tramullas, J., Sánchez-Casabón, A. I., & Garrido-Picazo, P. (2009). Gestión de información personal con software para mapas conceptuales. *El Profesional de la Información*, 18(6), p. 601–612, nov./dez..
- Wunsch-Vincent, S. & Vickery, G. (2007). Participative web and user-created content: web 2.0, wikis and social networking. Working Party on the Information Economy. OECD/OCDE. Recuperado em: http://www.oecd.org/document/40/0,3746,en_2649_34223_39428648_1_1_1_1,00.htmlThe.
- Xiangjun, F. (2018). The Behavior and Perception of Personal Digital Archiving of Chinese University Students. *Universal Journal of Management*, 6(9), 304–317, 2018.
- Yan, M., Sun, T., & Zhao, C. (2018). The Relation between Personal Digital Archiving and Personal Information Management. In: *2nd International Conference on Innovations in Economic Management and Social Science (IEMSS 2018)*. pp. 190.
- Yoon, A. (2013). Defining What Matters When Preserving Web-Based Personal Digital Collections: Listening to Bloggers. *The International Journal of Digital Curation*, 8(1), 173–192.